

III - Vertente Teórica

Cidades da Tecnologia do Conhecimento.

Um pensamento crítico sobre o TagusPark e 22@BCN

Resum

A presente dissertação é elaborada no âmbito do Laboratório de Economia e Desenvolvimento Territorial, de Projeto Final de Arquitetura do ISCTE-IUL. Sendo “O Mundo Novo” o tema da disciplina de projeto escolhi elaborar a minha dissertação escrevendo sobre a temática dos Parques Científicos e Tecnológicos. Já que existência deste tipo de equipamentos pode ser vislumbrada com grande frequência no seio da nossa sociedade.

Abordo dois casos de grande sucesso na Península Ibérica, o Taguspark em Oeiras, que foi um projeto de implantação de um Parque de Ciência e Tecnologia que representou um processo de expansão urbanística, sendo que a sua implantação foi propositadamente numa zona de Oeiras perto de Lisboa, mas em terrenos que não estavam a ser usados e que sofreram uma expansão com a implantação do Taguspark. E o caso do 22@ em Barcelona, um projeto de revitalização social e urbana, onde foram reaproveitados edifícios de origem industrial que estavam abandonados em Poblenou, sendo que ao mesmo tempo também foram projetados novos equipamentos. Este plano de cidade compacta pretendia instalar em Poblenou empresas ligadas às tecnologias, ciências, e cultura num local da cidade, pretendendo que esse local, Poblenou se tornasse um importante centro dinamizador e produtor de tecnologia.

Estes dois casos foram escolhidos porque têm processos diferentes na sua integração com a cidade. Mas a génese presente em cada um destes projetos torná-los-ia no “exemplo a ser seguido”. A aspiração destes dois projetos é de se tornarem em Tecnopolis que sejam importantes para as respetivas economias, mas ao mesmo tempo que também tenham reconhecimento do estrangeiro.

Palavras-chave: Parques de Ciência e Tecnologia, 22@, Poblenou, Taguspark, Oeiras, Tecnopolis, Indústria, Ciência, Tecnologia, Expansão Urbana, Revitalização Social, Revitalização Urbana

Abstract

The following Master's thesis is developed under the Laboratory of Economics and Territorial Development, of Projeto Final de Arquitetura of ISCTE-IUL. Being "The New World" the theme of this year's course project, I choose to develop my dissertation writing on the subject of Science and Technology Parks. Since the existence of this type of equipment can be glimpsed with great frequency within our society.

I discuss two cases of great success in the Iberian Peninsula, Taguspark in Oeiras, which was a project to implement a Science and Technology Park which was an urban expansion process, and its implementation was purposely on an area of Oeiras near Lisbon but on land that was not being used and that have undergone an expansion with the implementation of Taguspark. And the case of the 22 @ Barcelona, a project of social and urban revitalization, which were recycled from industrial buildings that were abandoned in Poblenou, while at the same time was also designed new equipment. This compact city plan was planned to install in Poblenou companies related to technology, science, and culture in a local city, claiming that local Poblenou became an important center promoter and producer of technology.

These two cases were chosen because they have different processes in their integration with the city. But the origin in each of these projects would make them the "example to be followed". The aspiration of these two projects is becoming Tecnopolis which are important to economies, but at the same time also have the recognition of the world

Keywords: Science and Technology Parks, 22@, Poblenou, Taguspark, Oeiras, Tecnopolis, Industry, Science, Technology, Urban Expansion, Urban Renewal, Social Revitalization, Urban Revitalization

Resum

Aquesta tesi s'elabora al Laboratori d'Economia i desenvolupament Territorial d'Arquitectura Projecte Final de l'ISCTE-IUL. Ser "El nou món", tema del projecte de curs, vaig decidir desenvolupar la meua tesi per escrit sobre el tema de Parcs Científics i Tecnològics. Atès que l'existència d'aquest tipus d'equips es pot albirar amb gran freqüència en la nostra societat.

Discuteixo dos casos de gran èxit a la Península Ibèrica, Taguspark a Oeiras, que era un projecte d'implantació d'un Parc Científic i Tecnològic, que va ser un procés d'expansió urbana, i la seva implementació va ser deliberadament una àrea d'Oeiras, prop de Lisboa però en un terreny que no estava sent utilitzada i que hagin estat objecte d'una expansió de l'aplicació de Taguspark. I el cas del 22 @ Barcelona, un projecte de revitalització urbana i social, que van ser reciclats dels edificis industrials que van ser abandonats al Poblenou, mentre que al mateix temps també s'han dissenyat nous equips. Aquest pla de ciutat compacta es preveu la instal·lació d'empreses del Poblenou relacionades amb la tecnologia, la ciència i la cultura en la ubicació de la ciutat, la ubicació Reclamar Que Poblenou es va convertir en un important centre promotor i productor de tecnologia.

Aquests dos casos van ser elegits perquè tenen diferents processos de la seva integració amb la ciutat. Però l'origen de cada un d'aquests projectes es converteixen en la "mostra que està sent seguit". L'aspiració d'aquests dos projectes s'està convertint en Tecnópolis que són importants per a les seves economies, però al mateix temps també té reconeixement a l'estranger.

Paraules clau: parcs científics i tecnològics, 22@, Poblenou, Taguspark, Oeiras, Tecnópolis, Indústria, Ciència, Tecnologia, Expansió Urbana, Revitalització Social, Revitalització Urbana

Agradecimentos

Esta dissertação é dedicada à memória da minha mãe.

Gostaria de agradecer todas as pessoas com ligação à Fundação Rotária Portuguesa e à Fundação Calouste Gulbenkian, duas fundações das quais fui bolseiro e das quais sempre senti grande apoio.

Aproveito o momento para destacar pessoas que me são chegadas e que de certa maneira têm grande importância em todo o meu percurso como ser humano; aos meus familiares e amigos de sempre em especial a D. Fernanda e Sr. Aníbal; D. Luísa e Sr. Carlos; Alice Espada; Ricardo Lopes; Ana Neto; Gonçalo, Tiago e Pedro Pereira; Paula Tavares e Luís Miguel.

Do mesmo modo não poderei deixar de agradecer a estas pessoas e instituições que me ajudaram na elaboração da Tese; uma saudação para o meu orientador de tese Prof. Doutor Pedro Costa. Um agradecimento muito especial ao Ajuntament de Barcelona, em especial para a Sra. Aurora López Corduente e Sra. Monica Flores. Um agradecimento muito especial para todos os membros da Biblioteca do ISCTE-IUL, que sempre foram inextinguíveis comigo, e que ao me ajudarem tornaram as minhas pesquisas mais objetivas e rápidas. Um agradecimento especial para a Biblioteca do Taguspark pelo material fornecido.

Introdução

Esta dissertação pretende descrever dois casos distintos e de sucesso de Parques de Ciência e Tecnologia, e ao mesmo tempo demonstrar a sua influência atual no ordenamento do território e no planeamento das cidades atuais. Do mesmo modo, este documento demonstrará ao leitor a importância das cidades apostarem na investigação e no conhecimento como meio de fortalecer a sua pujança a nível económico. Numa primeira parte abordarei os Parques de Ciência e Tecnologia e as Tecnopólis e concluirei a primeira parte falando da integração dos Parques Tecnológicos nos planos das cidades. De seguida terei dois pontos onde falarei de cada um dos casos de estudo, inicialmente com o Taguspark em Oeiras, abordando posteriormente o plano 22@ em Barcelona. Os casos de estudo estarão divididos em três tópicos cada, em que genericamente, irei falar das origens de cada caso, falarei de cada caso e por fim irei focar-me no pensamento urbano presente em cada exemplo. E antes da conclusão final, irei fazer as minhas conclusões a um nível mais pessoal.



1 - Contextualização, Parques de Ciência e Tecnologia

Fig. 1.1 - Silicon Valley cidade do conhecimento

FONTE: Fotografia disponível em: <<http://moneymorning.com/files/2013/07/Silicon-Valley.jpg>> acedido em Outubro de 2013

1.1 - Dos Parques de Ciência e Tecnologia às Tecnopolis

Na sociedade atual, o progresso e o bem-estar dos povos é muitas vezes associado ao nível de desenvolvimento social e económico das nações a que se inserem. Com a evolução dos tempos as cidades tomam o lugar que no passado pertencia aos Estados-Nações. No entanto, na atualidade o mais importante é a capacidade que uma cidade tem para se auto sustentar, criando planos assertivos que mais tarde possam gerar retorno a vários níveis, proporcionando ao mesmo tempo bons padrões de nível de vida aos seus cidadãos culminando no bem-estar social. Os poderes políticos foram evoluindo e constatando que as cidades teriam de trazer para o seu seio, oportunidades para investimentos, levando a que fosse criada uma fixação dessa mesma economia e das suas atividades inerentes. Mas ao mesmo tempo serviria também para testar novas visões no que diz respeito ao planeamento urbano. Depois da crise da década de 70, o desenvolvimento regional mudaria, e a tecnologia de ponta seria usada e na década de 80 surgiram os primeiros locais com certas especificidades propiciando ao mesmo tempo uma interação bastante forte entre o meio universitário e o meio empresarial.

Maltez (1997) no congresso INTA21 declara "... Esta orientação partiu do reconhecimento de que, entre os mais importantes determinantes da competitividade, se contam a efetiva aplicação prática da tecnologia na atividade económica e a disponibilidade de pessoas com adequada formação académica e profissional, para além da correta seleção dos locais de implantação da atividade produtiva e da disponibilidade e eficiente utilização do capital.

O segredo do crescimento da faturação e do valor dum empresa no longo prazo está acima de tudo na inovação. A gestão estratégica tem agora que dar o devido relevo à capacidade de inovar em todas as atividades da empresa, em especial na sua relação com os clientes.

Tão importante como a abertura das empresas para a vantagem que lhes advém da inovação e portanto da aplicação de conhecimentos recentemente desenvolvidos, é que os investigadores privilegiem nos seus esforços o desenvolvimento de conhecimentos suscetíveis de quase imediata aplicação pratica nos circuitos económicos."

O surgimento dos Parques de Ciência e Tecnologia, (PCT) e assim como o aparecimento de outros espaços dedicados ao desenvolvimento e promoção de firmas nas áreas ligadas às tecnologias, tiveram o seu aparecimento ligado a uma procura de melhorar as

condições dessas firmas para que o produto dos seus avanços tecnológicos pudesse ser transmitido para outras firmas com mais aptidão para os colocar no mercado. Ao mesmo tempo, estes espaços também surgiram para tornar os produtores destas tecnologias de ponta mais cientes e tentarem obter mais oportunidades ao nível económico.

Os PCT na sua génese visam a cooperação na criação de um ambiente favorável para a criação e desenvolvimento constante, na procura de avanços a vários níveis científico-tecnológicos. Fomentam a inclusão de firmas num ambiente favorável à proximidade entre empresas, dotando-as de várias capacidades propícias a um desenvolvimento de conhecimentos, estas empresas teriam a companhia de universidades nas suas imediações, ao mesmo tempo promoveu-se o aparecimento de firmas de origem tecnológica e com alguma experiência a nível económico com a finalidade de conceber e colocar no mercado de bens de tecnologia de ponta. Apadrinhando desta forma uma economia do conhecimento, com base na tecnologia e na inovação. A interdisciplinaridade e complementaridade proporcionada pelos PCT, entre o meio académico e o mundo profissional facilitam a interação de conhecimentos, tecnologias e de experiências profissionais. Estes polos de conhecimento ganham uma maior importância, porque geram um grande desenvolvimento ao seu redor, e tornam-se de grande valia no que diz respeito às políticas de inovação e desenvolvimento económico usadas estrategicamente por várias regiões e estados. Maltez (1997), caracteriza os PCT nestes moldes,

“Um Parque de Ciência e Tecnologia é assim, um instrumento para o desenvolvimento económico, mas desenvolvimento com uma diferença. Tais Parques crescem necessariamente mais devagar que os Parques de Escritórios, porque são deliberadamente mais seletivos na angariação de utentes, uma vez que da atitude destes depende, não só o desejado clima de inovação, como o indispensável entrosamento entre os diferentes utentes.”

Foi a partir da década de 70 que, as estratégias que incentivavam a inovação, começaram a ser mais focadas na lei da oferta, desta forma o desenvolvimento de tecnologias de ponta sofreu um grande impulso. Ao mesmo tempo teria como fator positivo, a criação de mecanismos favoráveis a uma transferência de tecnologia que teria quase passagem imediata para a produção em fábrica.

No entanto o facto de haver grande pesquisa associada aos bens, não faz com que o fator de competitividade cresça entre as empresas. Maltez (1997) explica esta teoria da seguinte forma;

“A simples atividade de investigação está, porém, longe de ser suficiente para ga-

rantir a melhoria da competitividade. Efetivamente, a posição competitiva da União Europeia na produção e comercialização de produtos de alta tecnologia ou alto valor acrescentado tem-se vindo a deteriorar, muito embora, a avaliar pelo número e qualidade das publicações académicas, os países europeus mais desenvolvidos lideram a investigação em algumas áreas científicas.

Este relativo fracasso resulta da deficiente transformação para a prática dos resultados da investigação em consequência de deficiências estruturais ligadas a fatores como o financiamento à inovação, o ambiente fiscal, legislativo e administrativo, bem como a própria dispersão dos esforços dos investigadores, por falta de ligação à economia. No que se refere a Portugal, é sabido que o processo de inovação e de transferência de tecnologia entre as Universidades e o universo empresarial funcionou sempre pior que na Europa desenvolvida. Sabido que, da despesa e dos recursos humanos afetos a I&D em Portugal, se localizam mais de 60% na região de Lisboa e Vale do Tejo e perto de 20% da região Norte, não resta dúvida de que a decisão governamental de criar Parques de Ciência e Tecnologia nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, radicou no convencimento de que o desenvolvimento económico resultará tanto mais quanto maior for o potencial já existente do sistema de investigação.”

Foi a partir dos anos 70, que as estratégias de incentivo à inovação, das firmas, passou a estar centradas na oferta, como seu objetivo final, impulsionando assim o desenvolvimento de tecnologias mais avançadas, e ao mesmo tempo fazendo com que existisse uma transferência de tecnologia com passagem imediata para a produção em fábrica.

No entanto, seria com a pesquisa tecnológica e científica que se passaria a formar um espírito competitivo entre empresas. Para que realmente possa existir um progresso nas cidades, e consequentemente nas suas economias, os Parques de Ciência e Tecnologia, terão de evoluir e transformar-se em Tecnopolis, que podem ser descritas como sendo grandes regiões urbanas sem obstáculos no que diz respeito às suas fronteiras, e ao mesmo tempo com grande complexidade nas suas estruturas formais, com grande aptidão para a criação e desenvolvimento científico e tecnológico e industrial. Contudo, um dos maiores objetivos destes grandes aglomerados urbanos é potenciar de grande forma o seu desenvolvimento regional e urbano. Maltez (1997) descreve os objetivos das Tecnopolis assim;

“... Na sua base estão o fomento de sinergias investigação-indústria, a fácil disponibilização de capital de risco, um espírito empresarial que valorize o risco, um ambiente

sociocultural favorável à fixação de quadros qualificados e à inovação, uma grande flexibilidade empresarial resultante da proliferação de pequenas e médias empresas nascentes, a qual gera por sua vez uma nova classe de empresários.”

Coincidência ou talvez não, foi a espontaneidade com que surgiu a Tecnopólis mais proeminente a nível mundial, Silicon Valley. Tudo se iniciou no ano de 1951, quando a Universidade de Stanford edificou o Stanford Research Park, em Palo Alto, na Baía de S. Francisco em San José na Califórnia. A sua criação envolvida num certo pioneirismo, pode parecer um paradoxo, mas a verdade é que o projeto sempre disfrutou de uma ótima localização, ajudou o facto de estar integrado na maior economia mundial e de poder contar com um rol de pessoas extremamente bem formadas e preparadas. Beneficiou bastante por estar num país (E.U.A) que investe bastante nas novas tecnologias e na ciência.



Fig. 1.2 - Fotografia Aérea do Silicon Valley

FONTE: Fotografia disponível em: <<http://loveithateit.files.wordpress.com/2010/04/silicon460.jpg>> acedido em Outubro de 2013

1.2 - Os Polos Tecnológicos como paradigma no planeamento e cidade

“Não é fácil definir o tecnopolo. O tema aparece regularmente na literatura no fim dos anos 70. Para lá da sua imagem poderosa, quase mítica, de modernidade económica e social, o tecnopolo não constitui um conjunto homogéneo que se declina pelo mesmo modelo.

Inicialmente pode-se interpretar o tecnopolo como um centro marcado pelas atividades industriais de alta tecnologia. Ao mesmo tempo, o polo nos lembra o desenvolvimento polarizado dos anos 50-60, com os polos de crescimento e os polos de desenvolvimento. Depois desse período de forte crescimento, o contexto económico mudou. O desenvolvimento polarizado caiu em desuso, o desenvolvimento local o substituiu. Condenam-se rapidamente as poderosas firmas motrizes e glorificam-se as pequenas empresas. O remédio mudou de nome, ouve-se em todos os lábios o termo tecnopolos, mas na realidade este se integra na definição já antiga de polo de desenvolvimento, que é um aglomerado de empresas inovadoras, dinâmicas, motrizes, em que o investimento nas empresas mais rentáveis (em renda per capita e emprego) teria efeitos importantes em

toda a economia regional” É desta forma que Benko (1996) nos descreve os eventos que antecederam a chegada dos primeiros Tecnopolos.

Na mesma obra o autor escreve que os tecnopolos podem ser vistos como ferramentas de estratégia de desenvolvimento económico que possibilitam às cidades uma valorização das suas potencialidades a nível de ensino universitário e de pesquisa. Com o objetivo de atrair ou formar no local empresas ligadas às tecnologias fazendo com que venham a impulsionar uma certa industrialização na cidade. O autor diz-nos que as Tecnopolis estão ligadas ao conceito de fertilização cruzada, este conceito também é tido como verosímil por vários autores.

Para explicar este conceito Benko (1996) cita Pierre Laffitte, (Fundador da Sophia-Antipolis, tecnopolo perto de Nice) “A reunião, num mesmo lugar, de atividades de alta tecnologia, centros de pesquisa, empresas e universidades, assim como de organismos financeiros que facilitem os contactos pessoais entre esses meios, produz efeito de sinergia de que podem surgir ideias novas, inovações técnicas, suscitando portanto criação de empresas.” Benko (1996)

O mesmo autor descreve também na sua monografia vários processos inerentes a um Tecnopolo, dando-nos a sua definição, descrevendo as suas funções e domínios, a sua natureza física, e localização. “Operacionalmente, é um agrupamento de organizações de pesquisas e de negócios que se ligam ao desenvolvimento científico, englobando um processo de conjunto, da etapa do laboratório à da fabricação e da comercialização do produto. Fisicamente, é um conjunto de empresas (maioritariamente pequenas e médias) - escritórios, laboratórios e unidades de fabricação – estruturadas num ambiente de qualidade. No nível da localização ele geralmente se situa num sistema relacional fechado, com universidades e institutos de pesquisa técnica, públicos e privados. Assim o tecnopolo designa um espaço preciso singular de um território onde se concentram e se irrigam mutuamente as atividades económicas estreitamente ligadas às novas técnicas, fundadoras, por seu carácter inovador, do desenvolvimento futuram. No nível da aplicação pratica, nota-se o papel da produção imobiliária, que realiza e vende tecnopolo como se quer...

Mas se pode alargar o conceito original e integra-lo num movimento mais global, de alcance geral, que influi nas condições económicas, sociais e políticas do processo de produção-reprodução: uma versão modernizada da “cidade-monopólio” na época do neoliberalismo e da descentralização. Ela é a um só tempo polo tecnológico – ou múltiplo – e cidade dotada de funções de polarização regional, associando portanto num mesmo lugar e num mesmo tempo poder de inovação e capacidades de desenvolvimento regio-

nal. Forma de urbanização, o tecnopolo parece então construir um processo complexo de territorialização-relocalização no seio das estratégias das formas dominantes, dando provas de uma vontade de ancoragem e integração da variável espacial nas estratégias elaboradas pelas coletividades locais.” Benko (1996)

Os Parques Tecnológicos têm aparecido de um modo tão espontâneo ao longo dos últimos anos, e não só nos grandes centros urbanos, mas também em locais sem tradição industrial. Quase faz parecer que, muitos locais não queriam de forma alguma ficar desligados dos novos fluxos económicos. No entanto, é certo dizer-se que os Parques Tecnológicos têm hoje uma configuração peculiar que os torna apelativos e compatíveis com as novas estratégias de desenvolvimento regional.

Os novos desígnios do planeamento urbanístico demonstram que existe realmente um corte com modelos urbanos usados no passado e que necessitavam de um avultado capital financeiro para se concretizarem. “Os fatores de peso que vão talvez determinar o futuro chamam-se hoje: treinamento geral da população, qualificação profissional, dinamismo das empresas regionais, qualidade e quantidade dos serviços prestados às empresas, presença de centros de pesquisa, universidades...” Benko (1996)

Baseado em Benko (1996) farei uma descrição dos três tipos de trajetória que poderão ser aplicados a Parques de Ciência e Tecnologia.

As velhas regiões industriais, regiões que criam Polos Tecnológicos em concordância com os seus planos de reconversão, pretendendo usar o *status* que tinham anteriormente para deste modo modernizarem o seu tecido, mudando uma anterior imagem de marca. “Muitas vezes as atividades e a inovação apresentam características de filiação com o tecido existente, assegurando uma continuidade tecnológica. Uma forte organização coletiva.” Benko (1996)

Os espaços metropolitanos, caracterizam-se por serem locais com forte concentração de universidades e de técnicos especializados. São ainda bastante propícios a uma economia de cariz aglomerador. “A maior parte da concentração dos sectores de alta tecnologia está ligada as metrópoles (exemplo: Paris-Sul, Boston-Rodovia 128 ...).” Benko (1996)

Os novos espaços industriais, “normalmente são projetados e edificados por firmas que se especializam no ramo da gestão de Polos Industriais. Na sua maioria estas firmas escolhem edificar estes novos Polos em locais sem tradição ao nível da indústria.” Benko (1996)



A

B

C

1

F

K

L

H

G

M

4

J

I

2

5

3

2 - Taguspark





Fig. 2.1 - Plano Integrado do Taguspark

Legenda:

- A** - Web Lab
- B** - BCP - Banco Comercial Português
- C** - ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade
- D** - CIE - Edifício de Inovação e Tecnologia
- E** - CIE - Núcleo Central do Taguspark
- F** - INESC - Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores
- G** - IST - Instituto Superior Técnico
- H** - UTL - Universidade Técnica de Lisboa
- I** - Portugal Telecom - Siemens de Informação
- J** - DCSI (IBM) Dados, Computadores e Soluções Informáticas
- K** - IIES - Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade
- L** - CIE - Edifício II
- M** - CIE - Edifícios de Qualidade
- 1** - Taguspark, 1ª parte
- 2** - Cabanas Golf
- 3** - Antiga Fábrica da Pólvora da Pólvora de Barcarena
- 4** - Oeiras Parque
- 5** - Taguspark, 2ª parte

Fonte: Planta retirada de TAGUSPARQUE S.A. (2001), Catálogo, Oeiras. Tagusparque, S.A.

Fig. 2.2 - Foto aérea do Taguspark

Fonte: Foto retirada de TAGUSPARQUE S.A. (2001), Catálogo, Oeiras. Tagusparque, S.A.

2.1 - O Taguspark, Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa

O Taguspark foi o primeiro Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) da região de Lisboa. É justo dizer que beneficiou de condições políticas e económicas favoráveis ao seu aparecimento. Segundo o que escreve Melo (2011), os primeiros esboços para a implantação de um PCT em Portugal datam de 1989 e os seus parâmetros inseriam-se no "I Quadro Comunitário de Apoio (1989-1993)" o qual tinha como parte integrante o "Programa Económico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa", este documento também via como necessário a criação de um Parque Tecnológico também no Porto, mas nunca excluindo outras zonas do nosso país.

O "II Quadro Comunitário de Apoio" (1994-1999), mais precisamente no "Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa" (DL. Nº177/94, 27 de Junho) surge como continuação e complemento ao documento anterior, neste documento já existia a predisposição de se adicionar valências que complementassem e impulsionassem os PCT, as novas valências passariam por incorporar infraestruturas de cariz tecnológico, assim como unidades dedicadas à investigação.

Este conjunto de intensões serviriam não apenas para os Parques já criados, mas essencialmente seria norma padrão para os futuros empreendimentos. A Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SECT) no despacho n.º 56/SECT/91, datado de 01/10/91 criaria a Comissão Instaladora da Sociedade de Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa. Esta comissão continha vários representantes de vários sectores da sociedade que estavam interessados no projeto, representantes do sector da Banca, do sector Universitário, do sector da Indústria e Desenvolvimento, bem como representativos do Poder Autárquico e Empresarial.

A comissão seria responsável por dois processos importantes para a construção do Taguspark, lidariam com a vertente jurídico-administrativo-financeira e processual. A Câmara de Oeiras foi o município que mais apoiou o projeto, arranjando terrenos e encontrando soluções que tornariam os processos mais céleres. Foram criadas as alterações necessárias no PDM, depois de elaborado o plano de urbanização, que já englobava o perímetro necessário, adquiriram-se os terrenos necessários à realização do projeto. Os municípios de Cascais e Sintra não tinham conseguido soluções atempadas que pudessem levar o projeto para as suas áreas de influência, nomeadamente no que diz respeito aos terrenos necessários.

O Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (PIPCT) foi o fruto desta junção de esforços. Foi elaborado pelos técnicos de planeamento urbano da Câmara Municipal de Oeiras (CMO), optaram por seguir as diretrizes do PDM de Oeiras, que no entanto aproveitaram a ocasião para lançar novas valências ao PIPCT, optando por uma qualificação a nível ambiental e urbano no intuito de reforçar a criação de uma nova identidade.

Na sua tese, Melo (2001) descreve o processo acima descrito da seguinte forma; “Face à aparente dificuldade ou desinteresse dos Municípios de Cascais e de Sintra em disponibilizar terrenos para a implantação do PCT em estudo, Oeiras percebendo a urgência de passar a uma fase de concretização deste empreendimento, decide fazer um plano de urbanização, englobando a área definida para este fim no seu território, cujos terrenos tinham sido entretanto adquiridos, ou se encontravam em negociações, e mercê do trabalho de análise já, desenvolvido pela equipa técnica de planeamento da autarquia, nos espaços adjacentes foi possível enriquecer a sua elaboração com outras vertentes complementares, igualmente, inseridas na estratégia de desenvolvimento do seu PDM, que visava a qualificação urbana e ambiental do seu território bem como o reforço da sua centralidade económica.”

Este processo culminaria com a criação da sociedade gestora Taguspark S.A., criada a 30 de Julho de 1992, e ficaria incumbida de gerir o Taguspark, trabalhando de uma forma estratégica tendo como objetivo o seu desenvolvimento a sua promoção.

De acordo com José Manuel Custódio (Maio 96), em Abril de 96 já se encontravam completamente realizadas as obras referentes às infraestruturas referentes aos 115 há correspondentes à 1ª fase do projeto, estavam igualmente terminadas, todas as instalações do empreendimento que seriam da responsabilidade da Sociedade Taguspark (o Núcleo central e a zona das PME's). O mesmo autor, diz-nos que o quadro que regulamentava as edificações do Taguspark estava inserido no projeto de loteamento, e que o mesmo era bastante flexível, revelando apenas algumas normas, tais como o afastamento, os índices de ocupação, a volumetria, o parqueamento e a proibição de vedações em cada lote. Sendo que a cooperação entre a CMO, a Taguspark S.A. e os vários arquitetos, resolveria todas as problemáticas relacionadas com a qualidade exigida para as diversas construções e questões referentes aos espaços exteriores. De entre tantos projetistas, destacam-se; António Nunes de Almeida, autor do projeto do Núcleo central do Taguspark, Diogo Lima Mayer e Carlos Ramos.

Melo (2001) descreve-nos na sua monografia a importância do PIPCT desta forma, “Este plano alargado, Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (PIPCT), é

Fig. 2.3 - Foto aérea do Núcleo Central do Taguspark

Fonte: Foto retirada de, TAGUSPARQUE S.A. (2001), Catálogo, Oeiras. Tagusparque, S.A.



um dos sete programas estratégicos do Plano Diretor deste município, cuja missão fundamental é a de terem um papel motor do seu desenvolvimento. Sublinhe-se que, apesar da decisão de elaboração deste plano, fazia o maior sentido e teve, sem dúvida, um papel viabilizador deste PCT, se continuava a prever uma terceira fase da sua expansão em território dos conselhos de Sintra e Cascais.”

O PIPCT, propunha que no Taguspark fossem criadas universidades, e também propunha atividades mais ligadas ao lazer, como por exemplo um campo de Golf, um Hotel, áreas ligadas ao Comércio e à Restauração. No que toca à habitação, foi privilegiada a criação de uma zona residencial de alta qualidade. O facto de no PIPCT ter sido contemplada a criação de universidades, fez com que no Taguspark viessem a existir vários polos académicos, Atualmente existem os seguintes: Instituto Superior Técnico (IST), a Universidade Atlântica (UATLA) e a Universidade Técnica de Lisboa (UTL). No que diz respeito às empresas ligadas às I&D estão sediadas no Taguspark, o Centro Nacional de Informação Geográfica (CNIG), o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC), o Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES), o Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) e o Centro de Ambiente e Tecnologias Marítimas (MARETEC no IST).

2.2 - O Taguspark, hoje e amanhã

Em 1995 foi edificado no Taguspark o Centro de Inovação Empresarial, o empreendimento estava sob a alçada da Taguspark S.A. tornado deste modo o Taguspark no Parque de Ciência e Tecnologia Português com maior aglomeração de firmas ligadas ao desenvolvimento de tecnologias de informação, telecomunicações e eletrónica. Sendo que existem cerca de 85 firmas, nas quais trabalham 1000 profissionais.

A CMO, estabeleceu no Núcleo Central um Gabinete de Estudos que está encarregue de criar e atualizar um sistema de recolha e tratamento e gestão de informação geográfica. Existem vários acontecimentos que têm sido realizados no Taguspark por influência da CMO. Uma elevada procura por parte de várias firmas fez com que fosse aberto um concurso com vista à ampliação do Centro de Inovação Empresarial, adicionando mais 6000 m² para o alojamento de novos espaços para escritórios e produção. Fazendo com que em 1998 pudesse haver mais espaço para alojar mais dez firmas e cerca de cem empregados. Maltez (1997) complementa bem os factos acima relatados indo mais longe e dizendo: “Juntamente com as que trabalham nas instalações próprias do Banco Comercial Português e do Instituto de Soldadura e Qualidade, são já cerca de 2600 as pessoas que trabalham quotidianamente no Taguspark, as quais se elevarão a curto prazo a cerca de 4000, em virtude do arranque da Portugal Telecom, da ampliação do Centro de Inovação Empresarial e do completamento do projeto do BCP, e tornarão a duplicar com a construção das instalações universitárias.

Dispõe ainda o Taguspark de lotes de terreno destinados a cedência em regime de direito de superfície a empresas que pretendam construir instalações próprias, admitindo-se que o direito de superfície possa, no futuro, converter-se em propriedade plena em condições a estudar e com salvaguarda do tipo de utilização consentâneo com a identidade do Parque de Ciência e Tecnologia.”

Fig. 2.4 - Instituto Superior Técnico

Fonte: Foto retirada de, TAGUSPARQUE S.A. (2001), Catálogo, Oeiras. Tagusparque, S.A.



2.3 - O pensamento urbano vigente no Taguspark

O Taguspark surge de uma grande oportunidade que a Câmara Municipal de Oeiras teve para trazer para o seu conselho o primeiro Parque de Ciência e Tecnologia nacional. A quando da decisão de executar o Taguspark, a CMO, decidiu fazer um plano próprio para o Taguspark, Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (PIPCT). O plano visava criar alguma ordem e ao mesmo tempo reger as várias fases do projeto, assegurando que uma futura expansão não levantasse nenhum tipo de desorganização. Costa (2006) descreve do seguinte modo a localização do Taguspark "Localizado no conselho de Oeiras, na confluência com os conselhos de Cascais e Sintra, o Taguspark assume-se como a principal referência no que a Parques de Ciência e Tecnologia em Portugal diz respeito, quer pela sua dimensão quer pelas dinâmicas a ele associadas." Maltez (1997) vai ainda mais longe e dá-nos referências em termos de distâncias "Situado no centro da Grande Lisboa, a 15 Km do Marquês de Pombal, a 15 Km de Cascais e a 12 Km de Sintra, com acessos fáceis pela A5, CREL, CRIL, IC19 e EN249-3, pode dizer-se que o Taguspark, Parque de

Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, seguiu de certo modo um modelo deste tipo...”

Segundo Maltez (1997) o PIPCT previa ter um índice de construção de 30%, englobou uma área de 360 hectares, em fases posteriores foram-lhe adicionados mais três novos elementos sendo eles o Oeiras Parque, o Cabanas Golf e a Fábrica da Pólvora em Barcarena. Segundo o mesmo autor a primeira fase do Taguspark tinha como área específica estimada em 111 hectares, sendo que 40 eram destinados a Universidades e I&D, 60 hectares foram disponibilizados para empresas e 11 hectares seriam destinados a zonas verdes. Maltez (1997), também explica de um modo bastante sintético a cronologia de eventos referente à edificação de vários edifícios do Taguspark, pelo que escolhi transcrever este tema inteiro para não perder a objetividade e a pertinência das suas palavras.

“O desenvolvimento físico foi muito rápido durante os anos de 1993 e 1994. Construiu-se ao longo de toda a rede principal de arruamentos, a galeria técnica principal, com 4,5 Km de extensão, que interliga todos os edifícios do Parque. Por ela passam as redes de água potável, água de rega, esgotos domésticos, esgotos pluviais, telecomunicações e eletricidade.

O Núcleo Central, projetado para facilitar a interação entre as comunidades científica e empresarial e inaugurado em 1995, é um edifício multifuncional, que contém, à volta do grande do grande hall central, um Centro de Congressos com auditório para 300 pessoas, área de exposições com 2000 m² e salas de reuniões, um Health Club, um centro de telecomunicações avançadas e uma galeria comercial com restaurantes e lojas. Para além destas zonas de utilização comum, o Núcleo Central contém a sede da sociedade gestora do Parque e dispõe de cerca de 5000 m² de pequenos espaços destinados a empresas em regime de arrendamento.

Ao longo do tempo e até ao terceiro trimestre de 1996 foram sendo inaugurados outros espaços do que ficou a constituir o Centro de Inovação Empresarial, que hoje conta, para além do Núcleo Central, com seis edifícios duplos, tendo três tipologias de escritórios e três tipologias de produção. São no total 23000 m² de área destinada a arrendamento, em espaços desde os 20 aos 1000 m², que se encontram quase totalmente ocupados.

Os edifícios do Centro de Inovação Empresarial estão interligados por uma galeria técnica secundária, com cerca de 500 metros de extensão, por onde circulam água potável, água de rega, água quente e arrefecida, telecomunicações e eletricidade.

O Centro conta, assim, com espaços de diferentes características e dimensões, permitindo acolher empresas em diversas fases da sua evolução. Consideram-se o regime

Fig. 2.5 - Auditório do Núcleo Central

Fonte: Foto retirada de, TAGUSPARQUE S.A. (2001), Catálogo, Oeiras. Tagusparque, S.A.



de incubação de nidificação, com espaços pequenos, rendas bonificadas e arrendamento pelo prazo de três anos, o regime de incubação de expansão, com espaços um pouco maiores, rendas menos bonificadas e prazos de cinco anos e, finalmente, o regime de desenvolvimento empresarial, com espaços razoavelmente grandes, rendas de mercado e prazos de sete anos renováveis.

Todo o Centro de Inovação Empresarial está dotado de uma rede de cablagem estruturada, com ligação a três centrais digitais públicas, o que permite que as empresas instaladas, sendo autónomas, partilhem uma rede local de dados de alto débito, atualmente gerida pela Telepac em regime de outsourcing...”







Fig. 3.1 - Mapa de Intervenções em Barcelona

Legenda:

- 1 - Vila Olímpica
- 2 - Frente Marítima
- 3 - Fórum
- 4 - Diagonal - Poblenou
- 5 - Glòries
- 6 - Sant-Andreu
- 7 - La Mina - La Catalana
- 8 - Trinitat
- 9 - 22@

Fonte: Mapa retirado de, BARCELONA, A. (2011) "22@ BARCELONA 10 anys de Renovació Urbana / 10 Years of Urban Renewal", Barcelona, Reino de Espanha. Tagusparque, S.A.

Fig. 3.2 - Vista aéreo da Diagonal mar e Poblenou

Fonte: Foto retirada de, BARCELONA, A. (2011) "22@ BARCELONA 10 anys de Renovació Urbana / 10 Years of Urban Renewal", Barcelona, Reino de Espanha. Tagusparque, S.A.

3.1 - 22@ El distrito de la innovación

Barcelona tem no seu traçado urbano uma marca muito forte. E mesmo com a elaboração do "Pla General Metropolità" (1976) (PGM), todas as mudanças na cidade foram executadas de acordo com o plano de 1859 projetado por Cerdà. Contudo, mesmo num plano exemplar, como o de Cerdà, com o passar dos anos verificou-se, que a cidade tinha algumas áreas que deixaram de estar integradas na coerência da sua malha urbana, quer por falta de modernização, por degradação ou mesmo pela deslocalização da sua zona industrial do centro para a periferia da cidade. Em meados do séc. passado, os urbanistas catalães dedicaram-se a investigar os melhores projetos a nível europeu para resolverem os problemas que encontravam na malha da cidade. O plano 22@ foi a solução encontrada pelos urbanistas da cidade.

Como plano, o projeto 22@ Barcelona, não foi apenas um projeto de renovação urbana elaborado pelos projetistas do Ayuntamiento de Barcelona, mas também foi um projeto de renovação com ligações económicas e sociais que viria a transformar 200 hectares de lotes abandonados, previamente industriais localizados no centro da cidade, num distrito do conhecimento.

"22@ el distrito de la innovación", foi este o slogan que apresentou ao mundo uma Barcelona disposta a fazer uma grande mudança no seu centro, a cidade pretendia deixar de ser industrial, para passar a ser uma cidade pós-industrial, e assim, mostrar-se aos olhos do mundo, como mais moderna e competitiva, e na linha da frente da inovação tecnológica e na produção de conteúdos. O projeto localizou-se na zona leste da cidade, no bairro de Poblenou, que durante o séc. XIX até ao séc. XX, se notabilizou e se expandiu como o grande polo industrial e social da Catalunha.

Contudo na década de 60 do séc. passado, deu-se um declínio da zona, as empresas foram para fora do centro da cidade, e os trabalhadores também saíram do bairro, Poblenou deixou de ser a referência que tinha sido no passado, e viu-se assim, envolvida num processo de desertificação, e com instalações obsoletas no centro de uma das maiores cidades da Península. O comércio decresceu, bem como as atividades económicas. Com este processo a cidade passou a sofrer de alguma falta de identidade urbana bem como de uma degradação gradual da sua paisagem urbana. A grande indústria que tinha existido em Poblenou tinha criado uma identidade própria, assim como um estilo de vida socialmente ativo e coeso que se tinha tornado decadente com a dispersão dos equipa-

mentos fabris.

O 22@ como projeto de renovação económica e social pretendia regenerar o centro da cidade, e transformar Poblenou num poderoso centro de inovação científica, tecnológica e cultural. Os projetistas pretenderam recuperar a matriz produtiva e industrializadora histórica de Poblenou, transformado o bairro num modelo tecnologicamente mais avançado.

O objetivo final seria tornar a cidade reconhecida mundialmente pela sua indústria de inovação e economia do conhecimento e produção de conteúdos. Existiu por parte do Ayuntamiento uma sensibilidade em prever a convivência de Universidades, escolas, centros de formação e de empresas ligadas às novas tecnologias. Com isto pretendeu-se fomentar a troca de ideias e de experiências. São exemplos os programas: “22@Espacio de relación personal”, destinado a empresas, pretende favorecer o desenvolvimento profissional e empresarial. O programa “Ágora 22@”, também ligado ao mundo empresarial, visava ligar todas as entidades e empresas do distrito 22@, com o objetivo de criar atividades sociais, e ao mesmo tempo, impulsionar o espírito empreendedor no distrito. Por sua vez, o projeto social “22@Districte Digital”, inteiramente vocacionado para os habitantes de Poblenou, pretendia estimular o talento, reforçar o sentimento de pertença ao bairro e de certa forma melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Apoiado por firmas e variadas entidades de Poblenou. Alguns dos seus projetos foram por exemplo a campanha de reciclagem de computadores onde as entidades e empresas de Poblenou à medida que iam comprando novos equipamentos informáticos entregavam os antigos equipamentos a instituições de ensino locais.

Outro dos projetos sociais do 22@ foi o Memória Virtual, no qual se juntavam os estudantes e os idosos do bairro de forma a haver uma integração e convivência de diferentes fchas etárias, com o objetivo de facilitar a formação nas novas tecnologias bem como a aprendizagem da história do próprio bairro. Este texto foi escrito com o auxílio dos textos de Corduente (2008); Pla, A; Pugi, R; Gracia, P; Terradas, R. (2009) e Barcelona, A. (2011)

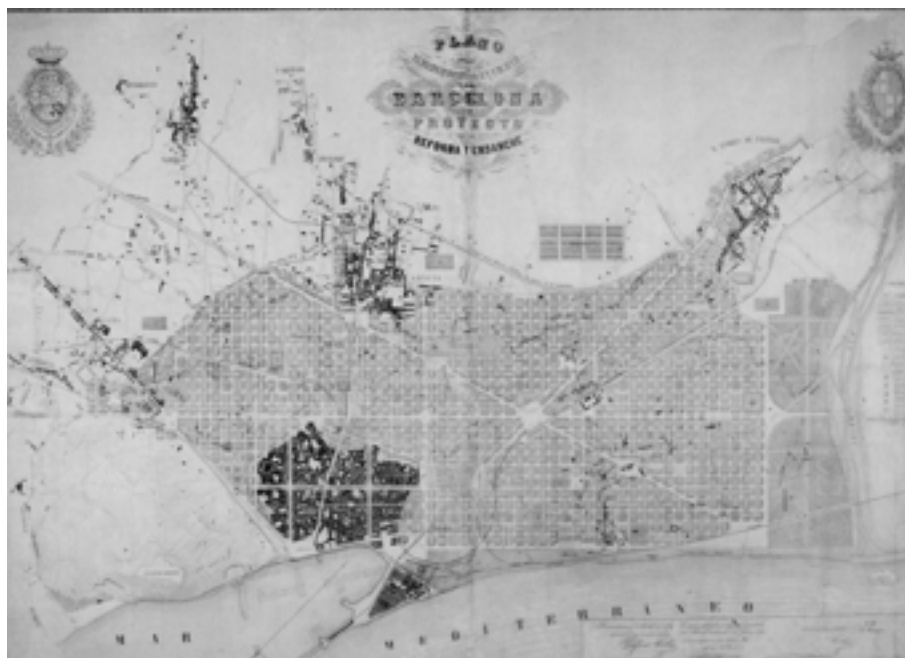
Fig. 3.3 - Planta de 1855 mostrando a cidade de Barcelona e as suas redondezas, da autoria de Indefons Cerdà

Fonte: Planta retirado de, BARCELONA, A. (2011) "22@ BARCELONA 10 anys de Renovació Urbana / 10 Years of Urban Renewal", Barcelona, Reino de Espanha. Tagusparque, S.A.



Fig. 3.4 - Planta de 1859 mostrando a cidade de Barcelona e seu projeto de Exoanção da autoria de Indefons Cerdà

Fonte: Planta retirado de, BARCELONA, A. (2011) "22@ BARCELONA 10 anys de Renovació Urbana / 10 Years of Urban Renewal", Barcelona, Reino de Espanha. Tagusparque, S.A.



3.2 - Poblenou, ontem e hoje

Segundo informações retiradas dos textos de Martí (2005), Corduente (2008) e Brandão, A; Brandão, P. (2012) de 1840 até 1850, viviam cerca de 7000 pessoas no bairro de Poblenou, os habitantes na sua maioria dividiam os seus ofícios pela agricultura, na pastorícia e nas indústrias que já proliferavam na área. É também nesta altura, que, de uma forma consciente e verosímil se pode falar da existência de um bairro em Poblenou. No período de 1860 a 1880, com a demolição das muralhas, tornou possível a edificação em volta do bairro, bem como novos locais adequados à construção, (bairro de La Plata e Icària) com este ato de expansão, a população triplicou. A forte concorrência gerada por uma indústria poderosa e no seu apogeu, levou a com que a população residente se convertesse em operários especializados. O panorama visual do bairro transforma-se e passou a construir-se habitação em espaços que antes mediavam a separação entre fábricas, muitos destes espaços não tinham as mínimas condições de habitabilidade, e a construção de habitação só era tolerada, porque tinha de ser criado alojamento para os operários. Não haviam cuidados urbanísticos, não existiam equipamentos, e em alguns locais o solo era contaminado devido à natureza poluente das indústrias adjacentes.

Foi com estas duras condições de vida e de trabalho que surgiu o associativismo, que cedo foi conotado aos movimentos anarquistas, foram criadas várias cooperativas e associações. Com a aprovação do plano de Cerdà, Sant Martí de Provençals passa a fazer parte do município de Barcelona no ano de 1897. Poblenou à época era formado por oito bairros, sendo que a população residente era de 24000 habitantes. Três dos bairros que compunham Poblenou eram de barracas. As populações juntaram-se em cooperativas de autoajuda e sindicatos, com o intuito de se organizarem para conseguirem ter melhores condições de vida e de trabalho. Poblenou era conhecido por ter uma vida política e social muito ativas. No período de 1940 a 1950, houve apenas algumas intervenções pontuais no bairro, como a abertura de algumas ruas, ou a reparação de edifícios industriais ou mesmo a construção de alguns edifícios de habitação.

Nos anos 70 nasceu em Barcelona uma corrente reivindicativa que se opôs ao “Plan de la Ribera” (1973). Este plano propunha que se edificassem na facha litoral altos blocos de apartamentos de luxo em frente à praia, e uma autoestrada que separaria este novo empreendimento do bairro antigo. A população sentiu que este projeto levaria à criação de uma certa segregação. E mesmo o projeto sendo apoiado pelas pessoas e



Fig. 3.5 - Litoral de Barcelona na década de 70

Fonte: Foto retirada de, BARCELONA, A. (2011) “22@ BARCELONA 10 anys de Renovació Urbana / 10 Years of Urban Renewal”, Barcelona, Reino de Espanha. Tagusparque, S.A.

instâncias mais importantes da cidade, a população saiu à rua, manifestando-se publicamente contra, tendo ganho o apoio de alguns técnicos e sectores profissionais Catalães, o projeto não se chegou a concretizar, e a população tinha ganho novos argumentos para pedir uma intervenção séria no bairro.

Em finais dos anos 80, o panorama transformou-se e o bairro começou a ser procurado por artistas que se iriam instalar em fábricas abandonadas, deu-se também a reforma de alguns edifícios de fábricas antigas para passarem a lofts, também surgiram bares e discotecas que se serviram dos edifícios fabris pré-existentes. Nos finais dos anos 90, a zona central da cidade estava com estruturas industriais abandonadas. Surgiram diversas atividades no bairro, existiam novos centros de produção, distribuição e de transportes, espaços comerciais e espaços para lazer. O Ayuntamiento catalogou a habitação de génese industrial existente dentro da zona de Poblenou. Os edifícios abandonados existiam em grande escala, por esta altura o número de habitantes situava-se em 45000 pessoas. O bairro ainda tinha a presença de vários movimentos de vizinhança bastante reivindicativos, também se notou a existência de uma boa rede de associações no centro histórico de Poblenou.

A necessidade de mudanças no bairro de Poblenou fez com que o local se tornasse bastante sedutor para o sector imobiliário, pelo facto de o bairro estar num local central na cidade de Barcelona. E com a concretização da Vila Olímpica e com a renovação da frente marítima. Poblenou, devido à sua centralidade, manteve sempre um grande potencial residencial e urbano. E foi com o apoio da Asociación de Vecinos y Vecinas (AVV), que surge uma corrente, que já se tinha vindo a aperceber do estado de degradação e abandono a que o bairro fora votado. Foi pois, com um sentimento de apropriação ao lugar, que foi apoiada a elaboração de um novo plano de renovação para Poblenou. No ano de 1995 foi criado o primeiro plano oficial, que não tinha nenhum carácter público: “Poblenou, reconeixment urbanístic y propostes”. Este documento consistiu num estudo sobre a evolução urbana do bairro de Poblenou, e serviu de base para as futuras propostas de renovação de Poblenou. Foi já em 1998 que surgiu o documento “Criteris, objectios y soluciones generals de planejament”. Que pode ser visto como uma actualização do documento de 95. O documento englobava um estudo elaborado pelo economista Joan Trullép, sobre as dinâmicas económico-territoriais de Poblenou. Foi neste documento que foram definidas as áreas principais para o projecto de renovação em Poblenou;

“1º Promover as Indústrias Tecnológicas e a Investigação de ponta;

2º Promover o sector dos Serviços e de Produção;

3º Iniciar uma nova lógica para a instalação das Indústrias das Tecnologias de Informação e de Conhecimento (TIC);

4º Reverter o desajuste vigente no mercado de trabalho na área metropolitana, porque a população especializada e com formação estava a deslocar-se para outros pontos mais apetecíveis.” Martí (2005)

No entanto, foi já no período de alegações finais, que surgiu uma grande onda de contestação em relação a um dos pontos relacionados com a reconversão de uma parte do edificado de origem industrial, e sua consequente transformação em edifícios de habitação, decorreram debates e troca de ideias. O grupo “Cerle Digital” apontava para a criação de um modelo de cidade compacta, e também pretendia que o bairro de Poblenou fosse tido como um centro para as novas tecnologias, pouco depois, juntaram-se ao grupo personalidades de todos os quadrantes. Meses mais tarde, foi lançado o livro “Ciutat Digital”, que serviu de elemento teórico para a criação do plano 22@, foi nesta monografia que se traçaram os moldes para o plano de reconversão 22@. Entre Junho de 98 e Outubro de 99 sucedem alguns avanços e recuos. De Outubro a Dezembro foi elaborado e aprovado “Modificació del PGM per la renovació de les àrees industrials del Poblenou – districte d’activitats 22@”, tendo sido criada também a Sociedade Privada Municipal 22@, estando esta encarregue da gestão do projeto 22@.

Segundo Pla, A; Pugi, R; Gracia, P; Terradas, R. (2009) e Corduente (2008). Um dos maiores desafios que o projeto de renovação e transformação urbana 22@ teve de superar, foi, de certa maneira o facto de ter de lidar com a identidade histórica e simbólica da cidade de Barcelona. E ao mesmo tempo, perceber se o projeto em si estaria de acordo com os parâmetros atingidos pela sociedade Catalã. Um desses parâmetros foi o da sobrevivência do plano, o mesmo, teria de sobreviver face a um rápido crescimento de uma grande metrópole como Barcelona. E um dos grandes problemas da construção de zonas novas numa cidade consolidada, é a criação de uma certa “descaracterização e falta de identidade”. Esta falta de identidade que se sente para com estas novas “zonas brancas” presentes na cidade acontecem, essencialmente por causa da falta de história e memória desses novos locais. O nosso subconsciente pode ficar mais afetado, se estas novas “zonas brancas” e sem história estiverem perto de lugares que nos são queridos por alguma razão. O documento inicial, que expõe os objetivos a atingir por parte do Plano de transformação urbana e social 22@, mostra-nos que existiu um cuidado especial na

forma como se fez cidade. Os projetistas e urbanistas tiveram de lidar com o plano de Cerdà, debateram-se com a rígida malha ortogonal e com o traçado extremamente rígido. Aperceberam-se das pré-existências e depararam-se com edifícios históricos de carácter industrial que tinham em si tipologias e estruturas diferentes. E em alguns casos, já albergavam outros usos. Depararam-se também com várias tipologias de habitação que proliferavam no local, de entre os quais alguns edifícios desabitados. A Barcelona de Cerdà significou um desejo de crescimento que existiu no séc. XIX. O 22@ representa uma mudança de paradigma num bairro descaracterizado na cidade de Barcelona, no entanto os projetistas e urbanistas (na maior parte dos casos) souberam ler a sua matriz industrial e agarraram-se a ela trazendo-a para um nível pós-industrial e dando-lhe um carácter inovador, sustentável e progressista, sem nunca esquecerem as origens do bairro de Poblenou.

3.3 - O pensamento urbano vigente no plano 22@

Tendo por base os documentos de Corduente (2008) e Barcelona (2011) Urbanisticamente, o plano 22@ pretendeu explorar, de uma forma conceptual as origens produtivas e os edifícios industriais localizados em Poblenou. O projeto orientou-se apoiando-se numa transformação progressiva que deveria durar perto de 20 anos. O plano tinha condicionantes muito fortes que teriam de ser respeitadas para que o novo projeto se integrasse o mais harmoniosamente possível com a malha urbana da cidade. As novas propostas de urbanização decorrentes do novo plano 22@, foram projetadas de modo a que fossem criadas a partir de oportunidades criadas por uma qualquer situação ou problema urbanístico já existente e catalogado pelo Ayuntamiento de Barcelona no bairro de Poblenou. As propostas também teriam de respeitar os elementos históricos, as ruas, e as cérceas circundantes.

O objetivo final desta transformação urbana seria resultante das intervenções urbanas como resultado do “equilíbrio entre o edificado que se manteve, do edificado que foi transformado e daquele edificado que foi substituído”. O plano aponta-nos ainda para a intenção de criar um “espaço urbano denso e complexo” Corduente (2008), desta

maneira, os projetistas pretendiam promover a troca de experiências e de informação, para gerarem uma massa crítica proactiva fortalecendo e preparando uma nova economia de nível global.

O Ayuntamiento de Barcelona teve como estratégia, incentivar melhoramentos urbanísticos que proporcionassem um bom aproveitamento dos lotes destinados ao novo plano. Este processo de renovação urbanística levaria a uma reurbanização gradual de Poblenou. Foram criados novos espaços comunitários e de vizinhança, em terrenos que anteriormente eram totalmente privados. Os projetistas trabalharam de forma a que 30% do espaço destinado ao plano 22@ fosse canalizado para uso público, Poblenou ganharia novos jardins e espaços verdes, equipamentos públicos e novos lotes de habitação social. O 22@ a nível urbano foi baseado em linhas muito fortes, o modelo escolhido como base estrutural do novo plano foi o de cidade compacta, com uma grande variedade de usos e sustentável, estes pressupostos elucidam-nos do grande potencial urbanístico envolvido no novo plano. O resultado seria, uma cidade com menos assimetrias, mais diversificada, com uma eficácia muito ligada a princípios ecológicos. Tudo isto contribuiria para que Poblenou se tornasse mais unida.

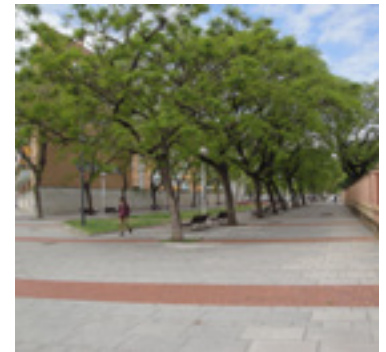
Num local historicamente marcado por um modelo industrial. Lembrando estas origens, o futuro passaria por uma aposta na diversidade de usos. A intensão era a de se defender uma certa coesão social para que o desenvolvimento surgisse não só a nível económico, mas também ao nível social. Ganhou força o conceito que fazia com que a alta densidade construtiva e equilibrada deveria conviver de uma maneira harmoniosa e sustentável com espaços vazios, jardins e equipamentos urbanos. Centros de formação e universidades conviveriam lado a lado com centros de investigação juntamente com lotes de habitação e comércio, bem como atividades produtivas. A aprovação do novo plano em 2000, substituiria a anterior designação “22a”, conhecida por designar usos de solos exclusivamente industriais, por uma nova nomenclatura “22@” que se associa às novas tecnologias, pretendeu-se desta maneira, potenciar o desenvolvimento de talentos, ao mesmo tempo incitava uma renovação no bairro de Poblenou. Foi com a aprovação do plano 22@ que ficou definida uma transformação em solos outrora predominantemente industriais, mudando-se para um novo tipo de urbanismo, com maiores níveis de eficácia nas suas estruturas, potenciando-se uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, e tendo sempre por regra uma Consência ao nível da sustentabilidade bastante enraizada.

Aos olhos dos projetistas do Ayuntamiento de Barcelona, a troca de informação seria potencializada se o plano estivesse inscrita numa malha urbana compacta e complexa.



Fotos de espaços públicos em Poblenou

Fonte: Foto tirada pelo autor



Permitiria o aumento da coesão social, fazendo com que o espaço público fosse usado o dia inteiro, também permitiria que mais pessoas vivessem perto do seu local de trabalho, não tendo que percorrer longas distâncias entre casa e emprego. Uma cidade compacta, permitiria um melhor aproveitamento dos solos edificados. O 22@ aumentaria as zonas edificáveis, no entanto existiam regras para a obrigatoriedade para a criação de serviços ligados às novas tecnologias.

Ambos os projetos são de grande valor, e representam um passo em frente nas comunidades onde estão inseridos. Gostaria de ressaltar a ideia de que não existe um projeto melhor que o outro, porque ambos estão inseridos em realidades que os tornam distintos. O Taguspark insere-se num projeto de expansão que visa dinamizar a região de Lisboa. Localiza-se fora da cidade de Lisboa, servindo-se das curtas distâncias e boas acessibilidades. Já o plano 22@BCN é um projeto de requalificação urbana de uma zona industrial no centro de Barcelona, o que fez com que este plano tivesse de lidar com alguma especulação imobiliária. Como os espaços ocupados eram muito centrais, os promotores imobiliários, e mesmo alguns proprietários pretendiam fazer blocos de habitação. No caso do Taguspark esta situação não se verificou por várias razões, uma delas foi o facto de a CMO ter adquirido os terrenos numa fase inicial onde o projeto apenas estava no papel, sendo que o Taguspark tem uma grande capacidade de expansão, outro dos aspetos foi o carácter organizado com que se deu a cedência de alguns terrenos. O estado investiu dinheiro, e teve como contrapartida uma percentagem de lotes, que foram usados para a criação de polos universitários e centros de investigação.

No que diz respeito ao fenómeno da gentrificação, quando fui a Barcelona tive oportunidade de falar com algumas pessoas locais que me falaram da existência de uma certa rivalidade entre os moradores do bairro antigo de Poblenou e os residentes dos bairros novos. É uma questão delicada, os catalães sempre foram bastante apegados ao seu património e raízes. A minha opinião é a de que a gentrificação será um processo que poderá coexistir com estes dois planos. A criação de locais com alto valor acrescentado, certamente que trazem para perto de si pessoas com um poder económico superior, no entanto acredito que estes processos serão sempre a longo prazo, de outro modo passaríamos a ter transformações violentas que seriam graves a nível social. No que diz respeito ao plano 22@Barcelona, quando entrevistei a Sra. Aurora Lopez Corduente, fiquei a saber mais de perto as preocupações que o Ajuntament de Barcelona teve para que não existissem casos de gentrificação, nomeadamente foram tomadas várias medidas e pelo menos uma lei que protegia os moradores de edifícios nas zonas industriais de Poblenou. Devo dizer que tive alguma sorte porque a Sra. Corduente trabalhou diretamente na resolução desta problemática. Barcelona está atualmente a exportar para várias cidades o modelo usado no plano 22@.

Devido à natureza intrínseca de cada plano, ambos os planos apelam a modelos de cidade diferentes, com o Taguspark foram escolhidos terrenos desocupados em Oeiras

para fazer o empreendimento. Foi tudo construído de raiz, a localização do Parque Tecnológico fora de Lisboa também não causou problemas, Oeiras é um conselho cheio de condições e bastante empreendedor, e tem muito boas e rápidas acessibilidades para Lisboa. O modelo do 22@ foi o de inserir o projeto dentro da cidade devida à grande ocupação que a cidade tem. Usando um modelo de cidade compacta para a proposta. Para fortalecer este conceito foram criados e melhorados vários aspetos como a melhoria dos transportes públicos (menos tempo de espera, mais confortáveis e tornaram-se mais amigos do ambiente ao usarem fontes de energia alternativas), criação de várias zonas verdes, houve um melhoramento e expansão de vários tipos de rede, quer de águas e esgotos, como de internet, gás, eletricidade bem como em ruas e estradas.

No que diz respeito aos modelos de gestão. No Taguspark encontramos um modelo público-privado em que os privados detinham a maioria do capital em 1995. Com o tempo têm havido algumas alterações por causa de novas entradas de empresas. Os parceiros iniciais foram bancos, o poder local e central bem como algumas instituições de prestígio e que apoiaram o projeto desde o início.

Em Barcelona, relativamente às melhorias efetuadas nas ruas o Ajuntament acabou por financiar metade e os proprietários privados acabaram por financiar o resto, uma vez que houve melhoramentos que foram feitos e que não estavam previstos inicialmente.

A conceção dos projetos anteriormente descritos mostra-nos que, é necessário existir alguma ligação entre os vários sectores de decisão, o poder central e o poder local têm de se complementar e deveriam associar-se a empresas, universidades, os cidadãos deveriam ter canais no sentido de os tornar mais próximos do poder local. Tanto o 22@BCN como o Taguspark tiveram um elemento chave de extrema importância no seu seio, os gabinetes de urbanismo que estiveram associados a cada um deles, e que demonstraram uma grande capacidade para escolherem os moldes de integração de cada projeto, é certo que ambos os planos tiveram comissões encarregadas para elaborarem documentos com varias localizações possíveis. Mas o momento da escolha e adaptação de pressupostos e dos conceitos à vida real, a escolha final coube a estes gabinetes.

Os projetos no seu todo são quase a antítese um do outro. Porque partem de pressupostos diferentes e estão contidos em realidades distintas, sempre que projetos desta envergadura forem projetados no nosso país, tem sempre de se ter em conta a realidade espanhola e perceber-se como funcionam lá os mesmos exemplos porque as nossas nações têm uma cultura semelhante e também porque a realidade espanhola é a que está mais perto de nós, visto que somos um país ultraperiférico.

A Economia está cada vez mais presente no nosso dia-a-dia e é muito interessante notar a aliança existente entre a Economia e o Urbanismo. Estas disciplinas quando se juntam promovem uma certa competitividade em vários aspetos. O primeiro desses aspetos seria o da escolha da implantação destes PCT, geralmente em casos como o Taguspark, são normalmente escolhidos locais fora das grandes cidades, mas não muito distantes das mesmas, geralmente perto boas vias de acesso. Isto acontece porque os preços dos terrenos são mais baratos, podem ser criadas acessibilidades se for caso disse em parte dos terrenos circundantes, mas o mais importante é o pensamento de expansão, é mais fácil expandir este tipo de empreendimentos fora da cidade. É também mais fácil traçar planos de expansão que estejam de acordo com os Planos Diretores Municipais (PDM) das regiões, visto que não será preciso alterar nada em zona consolidada. Por outro lado, em casos onde se edifica no centro de uma cidade, como no plano 22@, onde existem várias condicionantes, os projetos têm de ser mais objetivos. É claro que a competitividade na escolha do local está presente, porém juntam-se mais valores como a eficiência, a viabilidade a utilidade e a necessidade. Todos estes fatores surgem como pontos-chave na implantação de um PCT numa cidade. É impossível criar um PCT numa cidade, porém, podem ser criadas as mesmas valências, os projetistas do ajuntamento foram bastante felizes

em designar o plano 22@ de Distrito de Inovação o mesmo acontece também com a zona alta de S. Francisco nos Estados Unidos que é designada de Distrito Financeiro. E é um facto que no 22@ existem as mesmas ou até mais valências que no Taguspark, porém o termo também tem de ser adequado, e Distrito é a forma certa, com a requalificação deste novo distrito a cidade de Barcelona não sofreu mudanças drásticas no seu seio, sofreu algumas transformações e o antigo distrito 22a é hoje o 22@.

Com o passar dos anos, e o consolidar das soluções estes dois projetos tornaram-se os casos de maior sucesso nas suas respetivas economias. Começam já a ter uma identidade própria e a vender uma marca. Com o decorrer dos anos estes dois polos aumentarão com algum significado o seu contributo para o PIB dos seus países,

Usando a metodologia de caracterização de Benko (1996) para avaliar a trajetória que um PCT pode tomar, diria que o Taguspark se inscreve no seguinte grupo; “Os espaços metropolitanos caracterizam-se por serem locais com forte concentração de universidades e de técnicos especializados. São ainda bastante propícios a uma economia de cariz aglomerador. A maior parte da concentração dos sectores de alta tecnologia está ligada as metrópoles (exemplo: Paris-Sul, Boston-Rodovia 128 ...”. Benko (1996).

Seguindo a mesma metodologia diria que o Plano 22@ BCN pode ser caracterizado como; “As velhas regiões industriais, regiões que criam Polos Tecnológicos em concordância com os seus planos de reconversão, pretendendo usar o status que tinham anteriormente para deste modo modernizarem o seu tecido, mudando uma anterior imagem de marca. Muitas vezes as atividades e a inovação apresentam características de filiação com o tecido existente, assegurando uma continuidade tecnológica. Uma forte organização coletiva.” Benko (1996).

São dois modos de projetar e fazer cidade, sendo um dos planos mais “urbano” que o outro. É um facto que hoje em dia é difícil fazer uma intervenção no centro de uma cidade a nível europeu sem se ter um incentivo forte, sendo ele uma EXPO, uma Capital Europeia da Cultura ou grandes eventos desportivos. No entanto, os conceitos reinventam-se e os países em vias de desenvolvimento têm as condições ideais para se fazerem intervenções mais centrais. Uma das vantagens de Projetos como o Taguspark é que têm uma grande capacidade de expansão, o que a longo prazo tornará o investimento inicial bastante rentável.

Ao elaborar esta dissertação deparei-me com novas realidades e fui-me apercebendo do trabalho que está por detrás de um grande plano urbanístico, como futuro projetista diria que o planeamento estratégico é um dos fatores mais importantes. Não adianta

criarmos PCT se termos uma estratégia forte. E uma boa forma de encontrarmos uma estratégia pode ser o uso e aproveitamento dos recursos que nos estão mais próximos rentabilizando-os. Dando como exemplo o nosso país, e a nossa plataforma continental, diria que somos o local perfeito para o planeamento de um Parque Tecnológico especializado em tecnologia marítima, não nos podemos esquecer que na atualidade investimos mais em sondas e satélites para o espaço do que em tecnologia para investigação subaquática.

Entrada do Núcleo Central

Fonte: Foto retirada de, TAGUSPARQUE S.A. (2001), Catálogo, Oeiras. Tagusparque, S.A.



6.1 - Memória descritiva do Núcleo Central do Taguspark,

António Lima de Almeida, Lisboa 12 de Janeiro de 1996 – In Revista Architecti Nº34 Ago / Set / Out 96. Pp.98 e 99

“Trata-se de um edifício com um programa muito complexo, pela diversidade das funções que nele se integram, e às quais procurámos responder da maneira mais funcional e adequada ao sítio.

Tirando todo o partido possível das orientações, das vistas, dos percursos principais de chegada e disfrute da Obra e de ligação a outras componentes do Parque.

Procurámos, assim, no essencial uma solução que contivesse uma boa adequação do Núcleo Central ao Sítio e que tivesse em conta a importância da paisagem.

Evitámos o monolitismo do conjunto e procurámos uma resposta orgânica diversificada e rica de perspectivas e pontos de vista novos e sempre inesperados.

É um edifício constituído por núcleos de funções distintas mas integrado num conjunto uno e único, com uma imagem forte, marcante e emblemática da presença do TAGUSPARK.

A praça de chegada é um espaço elevado, um autêntico miradouro, que funciona como embasamento do conjunto e que pela sua forma estabelece um jogo entre as duas direções principais da solução, encontradas na dicotomia entre os percursos principais, Nascente/Poente e a orientação solar e de vistas Norte/Sul.

A riqueza formal do edifício, que foi procurada, deve-se em parte à diversidade do seu programa.

Este edifício contém funções muito distintas: Administração do Parque, Incubadora de Empresas, Zona de Exposições, Auditório, Zona Comercial, Restaurantes, Hotel, Health Club, Piscina, Oficinas, Laboratórios etc.

A unir tudo isto um grande Hall, Praça Coberta com triplo pé direito, com escadas e galerias, estabelece as necessárias interligações, fomentando o encontro, o lazer, a comunicação e a troca de experiências, os contactos entre empresas, e entre elas e as Universidades. Procurar assim as sinergias, que são afinal um dos objetivos do Parque de Ciências e Tecnologia.

Desta Praça partem e chegam todos os percursos. Verdadeiro ponto de encontro, foi-lhe dado um tratamento que conjuga o do grande Átrio com a imagem da Praça

Urbana Coberta.

A volumetria de todo o conjunto conjuga todas estas preocupações, com a procura de um edifício dinâmico apontando direções, abrindo-se e fechando-se ao exterior e principalmente abrindo “perspetivas” de futuro, de inovação e de criatividade tendo sido um dos elementos dominantes da imagem proposta.

Foi um projeto que me entusiasmou pelo desafio pragmático complexo e pelo sítio onde se insere.”

6.2 - Entrevista

Sra. Aurora Lopez Corduente, Directora de Urbanismo do plano 22@Barcelona
Barcelona, 17 de Maio de 2013

1 – A Sra. Aurora Lopez Corduente pode-me explicar as funções por si desempenhadas no Ajuntament de Barcelona?

R1 – Comecei a trabalhar na Coordenação de Urbanismo em 1989, era este gabinete que coordenava os projetos mais importantes que se desenvolviam naquela época. Depois, estive a trabalhar numa empresa dentro do Ajuntament que fez o Plano Urbanístico para toda a abertura da Avenida Diagonal, desde a Plaça de les Glòries até ao mar, e a renovação da parte central de Poblenou.

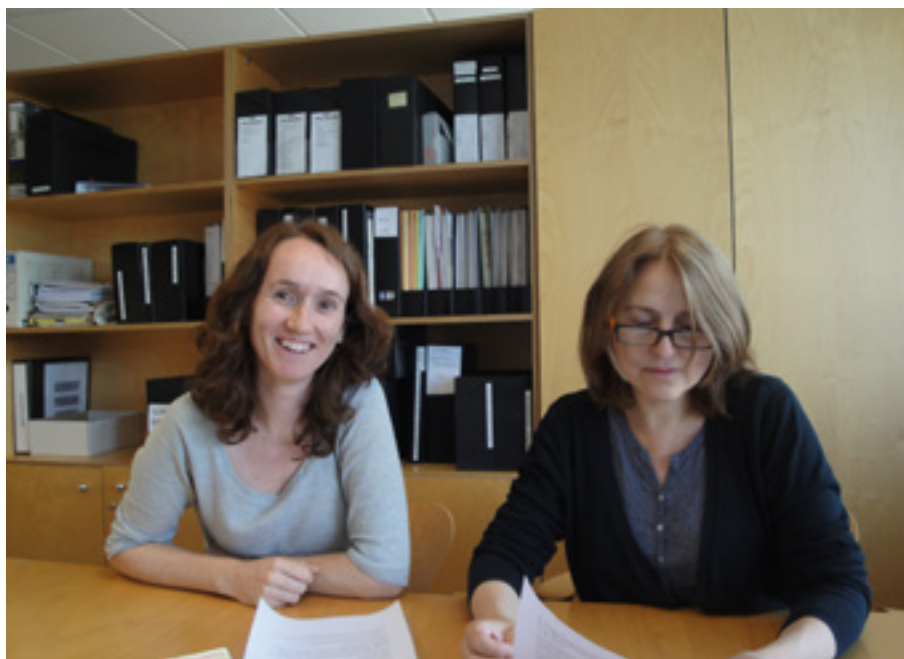
Mais tarde, estive no Gabinete de estudos Urbanísticos do Ajuntament, a fazer estudos (gerais) para a cidade, desde equipamentos públicos, mas também foram desenvolvidos nesse gabinete, os primeiros estudos sobre a renovação das áreas emergentes de Poblenou, e da Plaça de les Glòries, bem como os primeiros estudos sobre a transformação em La Sagrera.

Em 1997, voltei aos serviços de planeamento para me dedicar em exclusivo ao tema da transformação das áreas industriais de Poblenou. Para além disto, estive envolvida em mais projectos, ligados ao tema da habitação e a pequenos planeamentos. De 1997 a 2000, estivemos a fazer os estudos concretos das zonas industriais de Poblenou. Os primeiros estudos analíticos, para sabermos qual era a situação real do território, ou qual era a situação das actividades económicas, ou se as mesmas estavam em declínio, qual era a situação das empresas. Também foram feitos estudos gerais da cidade, mais propriamente em relação às exigências espaciais para as actividades económicas e terciárias dentro de Poblenou. Também foram feitos estudos mais concretos, relaccionados com as habitações existentes na zona de Poblenou, para percebermos que tipo de habitação lá havia, que tipo de pessoas lá viviam, que tipo de problemáticas poderiam ser encontradas naquela povoação.

O plano foi aprovado em Julho de 2000, e em Dezembro do mesmo ano foi criada a empresa 22@BCN na qual fui incorporada. Até Julho/Agosto de 2012 trabalhei na BAGURSA, Societat Municipal Barcelona Gestió Urbanística, que foi outra empresa

Foto de Aurora Lopez Corduente

Fonte: Foto tirada pelo autor



municipal, na qual eu coordenava projectos relativos aos districtos da Ciutat Vella e Sant Andreu. A nível laboral tudo depende desta empresa, o meu chefe é o gerente do Urbanismo, ele está encarregue dos temas relativos ao urbanismo no Ajuntament de Barcelona.

2 – Podia descrever-me toda a sua participação no planeamento do plano 22@?

R2 – Iniciei o meu trabalho fazendo estudos sobre a situação da zona, mais tarde integrei a equipa que definiu os critérios do plano e depois de o documento urbanístico ser aprovado no ano 2000, nesse mesmo ano integrei a empresa 22@BCN onde trabalhei nas temáticas do urbanismo, planeamento, também fazia o seguimento de algumas obras públicas e privadas. Fazia o acompanhamento de alguns projetos de espaço público. Esta empresa apenas se dedicava ao distrito 22@ mas também trabalhou em algumas temáticas dedicadas ao Fórum (2004) bem como toda a nova zona universitária. Também estive envolvida nos trabalhos de seguimento e catalogação dos edifícios industriais de Poblenou. Estive na equipa que concebeu o Plano de Preservação do Centro Histórico de Poblenou, mas que não pertence ao 22@. A primeira fase deste plano, para além da

equipa do Ajuntament, fizemos uma consulta a algumas equipas de Arquitetos de toda a Catalunha e a algumas equipas de Espanha para que propusessem ideias para a ordenamento em várias zonas. As equipas tinham uma pequena remuneração económica e trabalhavam cada uma numa zona própria.

3 – Acredita que a falha do Plan de la Ribera (1973), a conclusão da Vila Olímpica e a renovação do litoral, associada a uma consciência social da AVV, foram as bases para a criação do plano 22@ e conseqüente renovação de Poblenou?

R3 - *Não. O Plan de la Ribera era um plano que densificava muito toda a frente da cidade, foi um plano que se descartou e de algum modo foi resolvido.*

No caso da Vila Olímpica, quando Barcelona recebeu a organização dos Jogos Olímpicos, planeou-se a possibilidade de projetar a Vila Olímpica naquele local. Era um espaço ocupado por grandes fábricas, muitas delas sem utilização. Para dar uma ideia, era um território em que a população da cidade desconhecia a forma como aquele local era usado (...) era um espaço desconhecido por parte da cidade. Então inicia-se realmente toda a transformação da frente marítima, associada a toda a recuperação do litoral. Como no passado tinha sido um espaço de uso industrial, apresentava problemas de contaminação e por isso é que as praias estavam inutilizáveis.

3.1 – A linha de comboio também separava a cidade do mar.

R3.1 - *Sim a linha separava totalmente a cidade da linha de costa. A edificação da Vila Olímpica desmontou toda a linha ferroviária, construiu-se um “cinturão” no litoral e iniciou-se a urbanização. Outros sectores como a Diagonal Mar, que também era ocupada por grandes fábricas, toda essa zona foi reconvertida para suportarem novas funções. Isto aconteceu entre 86 a 95/96.*

O Fórum foi um tema bastante paralelo ao início dos trabalhos do 22@. Nos anos 90, como se pode ver pelos estudos feitos, no momento em que se deu toda esta transformação, muitos proprietários das parcelas (Fórum) começaram a solicitar ao Ayuntamiento, uma transformação igual à ocorrida na Vila Olímpica, queriam que se fizesse mesmo uma ampliação da Vila Olímpica.

Neste caso, os estudos feitos pelo Ayuntamiento, levaram à conclusão de que a cidade necessitava de espaço para atividades económicas. Barcelona é uma cidade pe-

quena com cerca de 100 quilómetros quadrados de terreno, sendo uma parte importante deste terreno constituído pelas montanhas. E o que é tecido urbano é algo que se encontra totalmente ocupado. As únicas possibilidades seriam; crescer para a montanha, que foi descartado, ou então renovar o existente. Neste caso o Ayuntamiento pensou que era mais importante renovar, mas que ao mesmo tempo, não seria apenas importante construir apenas habitação, mas também devia ser mantida a atividade económica.

Estas foram as bases nas quais a transformação foi efetuada. Em relação ao tecido social, penso que as (AVV), associações de vizinhos também estariam conscientes de que se encontravam num espaço em que cada vez o clima urbanístico era mais marcado pela fuga de empresas na zona, e os níveis de urbanização também estavam muito inferiores aos do resto da cidade.

Entendia-se que também se deveria aproveitar estas novas transformações para se melhorar a qualidade de vida dos habitantes que já se encontravam a viver no centro histórico. Foi um plano que conseguiu uma certa unanimidade quando foi explicado às associações de vizinhos e também ao nível político aqui no Ayuntamiento, algo que não era habitual.

4 – Desde que iniciei o estudo do caso do plano 22@ BCN, fiquei com a impressão que o Ayuntamiento tem uma relação bastante forte com os residentes de Poblenu, poderia dizer-me quais são alguns dos instrumentos que têm disponíveis para perceberem as carências e preocupações da população?

R4 – *Existiam diferentes comissões de acompanhamento dos diferentes temas; normalmente os planos urbanísticos, planos por exemplo como a modificação da 22@Barcelona, que devido à sua envergadura, são planos que se explicam diretamente à comunidade, e neste caso foram feitos três ou quatro assembleias de cerca de 500 pessoas cada, explicando estes temas a um nível global, para que qualquer pessoa pudesse ouvir e “compreender”.*

Por outro lado, através das associações de vizinhos existiram reuniões onde foram explicados os temas.

Também existiram um outro tipo de reuniões onde se explicava o que já estava decidido na altura pelo Ayuntamiento e houve outras ocasiões onde debatemos todo o tema do centro histórico, que neste caso foi um documento trabalhado diretamente com os moradores, onde numa mesa se reuniam os técnicos do Ayuntamiento, representantes

das associações de moradores e técnicos eleitos pela associação de moradores para acessória, que foi um modo que encontrámos para as pessoas terem uma assessoria técnica direta. Tudo isto a nível técnico.

Criámos múltiplas comissões (que se ocuparam do distrito de S. Martin), que foram seguindo a evolução de temas como os equipamentos públicos, a temática da habitação social, entre outros. Estas comissões foram compostas por diferentes membros das associações de residentes, e nós técnicos, que estamos vinculados aos temas em questão.

4.1 – Existiu em algum momento a consciência por parte dos proprietários, de que o terreno, as casas, eram propriedade de Barcelona e não individual? Refiro-me ao tema do bem comum.

R4.1 – Não. *Os proprietários sempre consideraram ser sua propriedade. O tema do bem comum foi algo trabalhado pelos técnicos e administração.*

Afinal de contas, 22@ foi um plano que contemplava dez mil metros privados, e três mil metros para uso público. Porém, a lei do Urbanismo permitia-o, e os proprietários tiveram de se submeter ao que a lei dizia.

5 – A renúncia de Borja Carreras Moisy em Setembro de 98, e a sua substituição por Ramón García Bragado como novo gerente de urbanismo, levaria a uma aprovação em tempo record do PGM (de Outubro a Dezembro de 98). Na sua opinião esta aprovação não terá sido feita de uma forma apressada?

R5 – Não. *Porque era uma estrutura política. Nós já trabalhávamos na estrutura técnica há já quatro anos. Começámos em 1997 mais precisamente no ano 93/94, já havia sido feito um estudo no Gabinete de Estudos Urbanísticos no qual foi produzido um documento designado de “Criteris, objectios y soluciones generals de planejament”. Documento este que tal como o nome indica continha os “critérios” relativos à modificação do Plan General. Em 98 quando houve uma mudança política na área do urbanismo, já tínhamos um documento de critérios elaborado, e foi esse documento que utilizámos praticamente na sua totalidade quando Ramón García Bragado tomou posse. A única coisa que fizemos foi adicionar a esse mesmo documento alguns elementos mais ligados à temática da Cidade Digital e das novas tecnologias, embora não fosse um tema de compromisso e*

sim um processo; e Ramón García Bragado também tinha estado ligado a estes temas, como cidadão comum.

Creio que, de alguma forma, a época em que Borja Carreras Moisy esteve presente foi um período... não sei como explica-la; Borja Carreras, não possuía um grande poder de decisão e também se deixava levar... Enquanto Ramón García Bragado era muito mais decidido. Mesmo com todo o trabalho técnico produzido durante os dois anos anteriores, faltava ânimo político em Borja Carreras Moisy que era o “responsável”, para que as medidas necessárias pudessem ser levadas em frente.

5.1 - Percebi isso quando li sobre esse aspeto, fiquei com a impressão que quando o 2º administrador (Ramon Garcia Bragado) entrou, as coisas decorreram com muito mais celeridade...

R5.1 - *Porque este era um daqueles temas em que apenas faltava uma tomada de decisão política, e Borja Carreras Moisy não a tomava, devido à sua própria trajetória política e pelo pouco conhecimento que tinha sobre a cidade, porque nunca tinha trabalhado antes em Barcelona. Por oposição, Ramón García Bragado, já estava presente, mesmo enquanto membro da sociedade civil, e por outro lado, toda a parte técnica também já tinha sido elaborada, só faltava mesmo ir em frente com o projeto, algo que Ramón García Bragado viria a fazer, pondo tudo rapidamente em marcha.*

6 – Como é que a Sra. Aurora Corduente via a situação de Poblenu no final da década de 90 séc. passado?

R6 - *O final dos anos 90 é um pouco o que comentava antes. Havia por um lado toda uma área, que se estavam a transformar e por outro lado tínhamos zonas industriais, onde cada vez havia menos atividade. Eu tinha começado a trabalhar neste território no ano de 89 e quando comecei, foi precisamente na abertura da Diagonal. Lembro-me que na época quando se circulava por estas zonas, via que cada vez havia mais atividade de logística e de transportes, mas havia menos indústria.*

Por exemplo, neste momento estamos no edifício que anteriormente pertencia à Olivetti, que acabou no ano 90/91. No final dos anos 90 havia como que uma expectativa por parte dos proprietários, em que toda esta zona iria servir para a construção de habitações, para se fazer dinheiro com a zona, e não existindo a vontade de se colocar

novas empresas e indústrias. Muitas indústrias deslocaram-se para a periferia, porque teriam outras condições ao nível do espaço mais adequadas e inclusivamente melhores condições no que diz respeito aos transportes. A população cada vez mais se tornava consciente dos malefícios causados pela presença destas empresas no centro da cidade, males a vários níveis, quer de saúde ou barulho, sujidade ou congestionamento de acessibilidades.

7 – Que preocupações ou problemas levantou a descoberta de habitação de génese ilegal encontrada em antigos terrenos industriais de Poblenu?

R7 - *Não se pode falar de habitação ilegal, porque não o era. Nesta zona, zona industrial, até ao ano de 1953 era permitido a construção de habitação.*

7.1 - Perto das fábricas?

R7.1 - *Sim. Só a partir de 1953, quando se passa a adotar a norma de zonamento do Movimento Moderno, é que passa a ser proibida a construção de habitação nas zonas industriais. O que se passava era que estas habitações eram casas que se tinham construído legalmente mas que, porém as normativas a partir de 1953 não reconheciam a possibilidade do uso de vivendas neste solo. Fizemos um estudo muito concreto no qual mais tarde foi transposto para um documentos de critérios para sabermos qual era a situação em que estavam estas habitações, a situação a nível de dimensões, de ocupantes, de tipo de propriedade, algumas eram de aluguer, e em muitas delas viviam pessoas com mais de 60 anos, e esta serie de análises permitiu-nos ver que poderia vir a existir no futuro um problema de pressão sobre os residentes e por isso, a normativa, não só reconhece a existência destas casas, como ainda estabelece mecanismos para fazer com que a população, as pessoas que aí residem, possam fazê-lo sem levantar atenções especulativas.*

De todo o conjunto de habitações, nem todas tinham a mesma qualidade ou as mesmas dimensões. A lei marcou dois mecanismos diferentes; um foi a preservação total da frente dos edifícios e outro mecanismo foi; a possibilidade de se poder transformar a casa, assegurando sempre que os ocupantes tinham o direito de manter a sua ocupação.

Este era um tema que nos preocupava bastante, esta parte foi feita por mim, e posso dizer que estávamos mesmo a tentar perceber como fazer para que as pessoas pudessem continuar a residir onde estavam, e sobretudo estávamos a tentar salvar as

casas e assegurar que com a mudança da lei, se começaria a reabilitar os edifícios (...) eram edifícios que ao estarem num solo que desde 53 só permitia o uso industrial, quando se pedia uma licença (...) de reabilitação, só teriam umas licenças mínimas, para evitar que houvesse problemas estruturais.

7.2 - Com essas licenças evitavam que as pessoas construíssem pequenas fabricas? Era essa a situação?

R7.1 - *Não. Por exemplo as licenças que davam a algumas das habitações eram licenças mínimas, para se tratar de pequenos ajustes, como por ex.: se tivessem problemas na cobertura, porém nunca se pediam licenças para fazer grandes reabilitações como reabilitação da fachada, ou a colocação de elevadores que muitos dos edifícios não possuíam. A mudança da lei permitiu fazer com que se pudessem dar essas licenças com as quais muitos destes edifícios foram reabilitados. Todos os anos; são reabilitadas as fachadas, são colocados elevadores que muitos edifícios não tinham, facilitando a vida aos residentes dos edifícios.*

8 – Em algum momento o Ayuntamiento se sentiu pressionado para uma mudança no uso de solos de Poblenou, para usos mais favoráveis à especulação imobiliária?

R8. - *Creio que de 92 até à data em que o plano foi apresentado, houve muitas pressões para que todo o terreno fosse ocupado por habitação, inclusive alguns promotores chegaram a apresentar propostas para o derrubar fábricas inteiras, a favor da construção de habitação. Mesmo os proprietários, a expectativa que tinham era que tudo fosse transformado em habitação. Logo estávamos numa circunstância na cidade em que existiam muito poucos promotores associados ao sector das atividades económicas, isto é, promotores ligados aos sectores terciários., Acompanhado do muito pouco conhecimento por parte dos promotores e também dos arquitetos, mas por outro lado a cidade precisava de uma mudança.*

8.1 - Poderia dizer-me qual o preço do m² atualmente praticado em Barcelona?

R8.1 - *Hoje em dia, para a habitação está em volta dos 4500 euros por cada metro quadrado que se pode construir. Se podes construir 1000 metros, terás de pagar 4 milhões e*

meio de euros. Isto para habitação. Nas zonas mais antigas e a reabilitar, o preço estaria em redor dos 4800 euros.

8.2 - O Ayuntamiento teve de lidar com este tipo de problemas levantados pela especulação?

R8.2 - *O Ayuntamiento não entrevistou nesses temas. Entrevi apenas por exemplo, quando no 22@ foi estabelecido que toda a habitação nova seria habitação social. A habitação social teria um preço de 1900 euros por metro quadrado útil. Isto com o objetivo de ir contra a grande subida de preços.*

9 – O documento “Cuitat Digital”, foi o primeiro olhar sobre o futuro bairro de Poblenou. Quais os casos de estudo a nível europeu ou mundial que foram estudados pelos urbanistas do Ayuntamiento para a concretização do plano de Poblenou?

R9 - *Foram muitos os casos. Agora de repente não te sei dizer, mas poderás ver no cd que te daremos.*

10 - Noto que Barcelona sempre que fez grandes obras na cidade (Olimpíadas 92; Fórum das Culturas de 2004 e 22@) associando-as a grandes eventos globais. Poderia explicar-me estas políticas de associação?

R10 - *Barcelona é um caso curioso porque o tema de se fazer renovações importantes numa cidade associados a acontecimentos, não terá começado em 92, mas sim em 1888 com a Exposição Universal, que conseguiu reconverter uma zona militar, num novo espaço de cidade.*

Temos ainda a Exposição Internacional de Barcelona em 1929, com as intervenções em Montjuich, com a Praça de Espanha e toda a parte de exposição de Montjuich.

Mais tarde em 92 temos então a Vila Olímpica e ao mesmo tempo recomeçam-se obras que se encontravam paradas há 50 anos como por exemplo (la ronda de la ciutat). Um produto dos anos 50 e que nunca se tinha chegado a construir. Esta foi então uma oportunidade para a cidade. Creio que neste sentido, o que 92 trouxe de bom à cidade, foi poder marcar um modo diferente de trabalhar com os espaços associados às Olimpíadas por não se tratarem de expansões (periferia) de cidade nova, mas sim de intervenções

dentro da própria cidade, e em zonas muito diferentes da própria, não concentrados num único sector.

O tema do Fórum, penso que foi uma oportunidade. A parte central do Fórum de 2004 foi a vertente cultural do evento, mas a meu ver o mais importante foi ter-se conseguido fazer com que o espaço que estava ocupado por grandes infraestruturas de que a cidade necessita, como a filtração de águas, queima de resíduos, entre outros. A cidade necessita destes elementos, e portanto foi necessário reorganizara toda esta parte do território da cidade, aproveitando a ideia deste evento internacional para se conseguir apostar nessa zona; pois se assim não fosse, ter-se-ia apenas conseguido fazê-lo num período bastante mais longo de tempo.

Por exemplo em 92 a Vila Olímpica permitiu fazer uma atuação, expropriando diretamente os solos e permitindo assim uma operação com a duração de seis anos, decorrendo de 86 a 92, (expropriando e construindo).

O 22@ foi um procedimento diferente, já calculávamos que deveria durar uns 20 anos, porque era um processo em que se iria refazer a cidade, em função das necessidades e com outras características. Por exemplo, creio que a Vila Olímpica, se fosse construída hoje em dia, seria completamente diferente, porque penso que elementos ou critérios como a preservação do património e o modo de relacionar os edifícios mudou muito desde 86 até hoje. Se fosse agora muitos edifícios ter-se-iam mantido.

10.1 – O 22@ trabalhou com a problemática da sustentabilidade enquanto a Vila Olímpica não o faz, correto?

R10.1 - *Sim, são temas que hoje são levados em consideração e tidos como muito importantes, enquanto, que, no passado não eram tidas em tanta consideração. Penso por isso que Barcelona terá aproveitado esses eventos, um pouco para poder avançar e atuar, fazendo intervenções em zonas da cidade que tinham de ser reconvertidas.*

No caso do 22@, penso que é muito diferente destes últimos, porque não foi uma atuação ligada a um evento internacional e sim uma atuação mais ligada à própria necessidade da cidade.

11 – A elaboração de um plano que rege como base principal para o seu desenvolvimento as novas tecnologias, não poderá ao mesmo tempo segregar as pessoas idosas ou os info-excluídos residentes em Poble Nou?

R11 – *Na empresa 22@, principalmente nos primeiros anos, de 2001 a 2004, dedicámo-nos muito a temas urbanísticos, infraestruturas, etc. A partir de 2004 começou a haver mais transformações e surgiram duas vertentes na empresa. Uma foi a parte da promoção económica e outra relacionava-se com o tema social.*

Em relação ao tem social, analisaram-se uma série de programas, com as associações de vizinhos e com os colégios da zona que estavam associados diretamente aos residentes, sendo sempre o mais abrangente possível, tratando de temas relativos às crianças, bem como aos mais velhos. Um dos temas tratados foi o das tecnologias. Por isso iniciaram-se programas diferentes com residentes, organizaram-se nos colégios da zona programas ocupacionais onde as crianças e os mais velhos trabalhavam em conjunto, trocando experiências de vida e trabalho na zona, isto no caso dos adultos; enquanto os mais novos de algum modo “informatizavam” os mais velhos.

Tudo isto teve como objetivo, permitir fazer com que os adultos se aproximassem do computador e das novas tecnologias, enquanto as crianças por sua vez aprendiam um pouco sobre a história dos seus antepassados.

Foram feitos programas concretos em escolas com a instalação de aulas multi-média, deu-se a reciclagem de computadores, de empresas da zona que os doavam às associações de vizinhos, quando renovavam os seus equipamentos. Estes programas tinham como finalidade integrar a população com as novas tecnologias.

12 – A habitação social efetuada sob o plano 22@ não se transformará em habitação de luxo por causa das novas centralidades garantidas pelo plano 22@?

R12 - *Não, não creio. Existe habitação social para venda, e habitação social para aluguer, esta última pertence ao Ayuntamiento, existem condições na lei que indicam em que circunstancias podem ser vendidas ou se podem ser vendidas. Por isso penso que não. O tipo de população que lá vive é bastante jovem, cerca de 33% de todas as habitações dão prioridade às pessoas que já lá viviam anteriormente.*

12.1 – Mas as casas arrendadas sê-lo-ão para sempre? Isso não irá mudar?

R12.1 - *Sim, em princípio não, porque são municipais.*

13 – Poder-me-ia explicar como funciona a gestão financeira do plano 22@?

R13 - *Um dos pontos mais importantes é o financiamento das obras de urbanização das ruas. Estamos a falar de quase 35 quilómetros de ruas dentro do sector, mais dois quilómetros para conectar uns e outros. E neste caso, com o documento de modificação fez-se um estudo para se perceber qual o investimento necessário para refazer totalmente estas ruas com infraestruturas novas. Deste investimento, calculou-se que uma parte seria paga pelos proprietários do solo, outra parte pelas companhias de serviço que iriam reaver parte do dinheiro e outra parte seria paga pelo Ajuntament. (...) Calculou-se que cerca de 70% seriam os proprietários privados a pagar, 20% acabariam por ser pagos pelas companhias de serviço e 10% pelo Ajuntament.*

Na realidade cerca de 50% foi pago pelos privados e os restantes 50% foi pago pelo Ayntament, visto que foram incorporados serviços que inicialmente não estavam previstos.

14 – O plano 22@ é bastante rico e tem muitos pontos fortes. Um desses pontos é a sua intervenção social. O 22@Espacio, o Ágora 22@, para profissionais e o programa 22@Districte Digital entre outros, fornecem ajudas com vista ao empreendedorismo, quer a um nível profissional ou social. A gestão do distrito 22@ é autossuficiente para financiar todos estes projetos ou existem parcerias externas?

R14 – *Muitos destes projetos já não existem. Muitos destes programas iniciaram-se com o 22@, e com uma equipa de pessoas muito pequena. Outros programas desenvolveram-se vinculados às empresas, como por exemplo o 22@Network foi um programa que se desenvolveu diretamente com as empresas. Ajudámos a criá-lo na sua fase inicial, nas que logo se tornou totalmente independente com a sucessão de empresas que se foram associando ao projeto. Também se foram criando novos projetos dentro do 22@ Network. Já os programas de intervenção social foram desenvolvidos com o 22@ e com financiamento do Ajuntament.*

Geral:

BEGG, I. (2002) – “Urban Competitiveness: Policies for dynamic cities”, The Policy Press.

BENKO, G. (1996) – “Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI”, Editora HUCITEC, São Paulo, Brasil.

FERREIRA, V. ; **INDOVINA**, F. (1999) – “A cidade DA EXPO 98 ”, 1ª edição, Editorial Bizâncio, Lisboa.

MALCATA, F. (2001) – “A Universidade e a Empresa”, 1ª edição, Principia, Cascais. - Biblioteca do ISCTE-IUL. E.193 MAL*Uni

NEVES, A. (1996) – “Planeamento Estratégico e Ciclo de vida das grandes cidades – Os exemplos de Lisboa e Barcelona”, 1ª edição, Celta Editora, Oeiras.

ONDATEGUI, J. (sem data) – “Los Parques Científicos y Tecnológicos en España: retos y oportunidades”, Madrid +, Dirección General de Investigación de la Comunidad de Madrid.

RIBEIRO, Luís. (2009) “Eventos Globais – Impacto no Desenvolvimento Urbano”, ISCTE-IUL, Lisboa.

Taguspark:

ALMEIDA, A. (Agosto – Outubro 1996) – “Taguspark núcleo central/Taguspark central complex” in *Architecti: Revista de Arquitetura e Construção* Nº34, Lisboa, Portugal.

FEIO, P.; **FERRÃO**, J. (2001) – “Taguspark: gestão de expectativas num parque de criação recente” in *Comunicação, Conhecimento Colectivo e Inovação: As vantagens da aglomeração geográfica*, Estudos e Investigações 17, ICS, Lisboa.

MALTEZ, L; **VARELA**, V. – (1997); “Taguspark-Science and Technology Park na Active

Centre of Competences in Greater Lisbon” 6th World Conference on Science and Technology Parks, Italy. AURRP

MALTEZ, L. (1998) - “O Taguspark como projeto estruturante ao serviço da Grande Lisboa”, comunicação apresentada no 21^o Congresso da INTA (International Urban Development Association) 21 a 25, Setembro 1997, Lisboa, Portugal.

MARQUES DA COSTA, E. AGOSTINHO, R.; (2006) – “Os Parques de Ciência e Tecnologia - O caso do Taguspark”, Desenvolvimento Local – Estudos de Caso, E. Costa (coord.), ed. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ISBN: 978-989-95521-1-1.

TAGUSPARQUE S.A. (2001), Catálogo, Oeiras. Tagusparque, S.A.

VASCONCELOS, N. (2003) – “Taguspark: lugar de inovação - estímulo e contributo para o conhecimento” *in* Revista Metrópoles n^o3, AML, Lisboa.

ZAMBUJO, T. (2003) – “Taguspark: lugar de inovação - investigação e desenvolvimento para o futuro de Portugal” *in* Revista Metrópoles n^o3, AML, Lisboa.

22@Barcelona

BARCELONA, A. (2011) “22@ BARCELONA 10 anys de Renovació Urbana / 10 Years of Urban Renewal”, Barcelona, Reino de Espanha.

BRANDÃO, A; BRANDÃO, P. (2012) “Do Industrial ao pós-industrial: Transição e diversidade urbana – LX/BCN”, IST, Lisboa.

CORDUENTE, A. (2008) – “El Proyecto 22@ Barcelona – Un programa de transformación urbana, económica y social”, Barcelona, Reino de Espanha.

MARTÍ, M. (2005) – “El proyecto 22@bcn: global governance, renovación urbana y lucha vecinal en Barcelona”, presentado en VII Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración: Democracia y Buen Gobierno, Sesión 4. ^a 22 Septiembre, 12:00 - 14:00h

PLA, A; PUGI, R; GRACIA, P; TERRADAS, R. (2009) “El nuevo 22@ de Barcelona; Una crítica Constructiva”, Barcelona, Reino de España.

El Periodico. (27 de Diciembre del 2010) – “Catalunya Constroye – 22@ Barcelona cumple 10 años”, Barcelona. Reino de España.

